

O CUSTO ALUNO DA ESCOLA JUSTINIANO DE SERPA – UM ESTUDO DE CASO

Sandra Figueiredo¹

Morgana Di Lorena Andrade Sales²

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral estabelecer uma metodologia formal de apuração de custos de escolas públicas, visando aperfeiçoar o conhecimento sobre uma situação que envolva os custos educacionais no Estado do Ceará, em termos de sistemas já implementados ou em fase de implementação e a tentativa de proposição de um sistema que possa servir de guia para futuras implementações.

Planejadores e administradores educacionais não poderão mais deixar de levar em conta os aspectos econômicos da educação, e explorar todos os meios que possam aperfeiçoar a eficiência de seus planos e de seu sistema educacional para que possa alocar de maneira mais eficiente os recursos destinados a educação.

Experiências tem provado que uma técnica indispensável para este propósito é a análise dos custos educacionais de forma que seja possível: checar a validade dos planos educacionais, traçar um programa preciso de dispêndios durante o período planejado, estimar tanto os custos como as conseqüências reais de projetos específicos, facilitar a tomada de decisão quando existem diversas alternativas disponíveis.

¹ Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Fortaleza UNIFOR

Observa-se também que são relevantes os danos sofridos pela sociedade como conseqüências de uma educação insuficiente; os recursos materiais e financeiros destinados à educação, além de escassos, são mal alocados e economicamente mal distribuídos; os custos envolvidos com a atividade de ensino não são adequadamente conhecidos tornando pouco eficaz o processo de planejamento educacional, o aumento da eficiência e da qualidade.

Embora seja desejo ampliar este estudo no sentido de uma proposta de padrões estimados de custo/aluno nas escolas públicas do Ceará, algumas razões físico - espacial, técnico - científica, objetivas e subjetivas foi levado a ser delimitado a princípio em um estudo de caso de apenas uma escola observando as seguintes limitações:

Físico - espacial: o espaço para o estudo e a coleta de dados foi restrito a apenas uma escola, e conseqüentemente o custo encontrado foi o custo dessa escola.

Técnico - científica: um maior contato dos técnicos com o objetivo de estudo visando um aprimoramento das técnicas para ações futuras.

Objetiva: facilidade de aplicação do questionário e de alcance as fontes de informação.

Subjetiva: um melhor conhecimento da parte das pesquisadoras para, em um momento futuro, ampliar o estudo com maior eficácia.

A metodologia da pesquisa foi o estudo de caso, que caracterizou-se por ter sido um estudo profundo e exaustivo do tema escolhido para chegar a um amplo e detalhado conhecimento.

O estudo foi aplicado em Fortaleza, em uma escola pública, precisamente no Colégio Estadual Justiniano de Serpa.

² Aluna do Curso de Ciências Contábeis da UNIFOR bolsista da Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa - FUNCAP

Foi utilizado além do específico estudo de caso, outros métodos como a descrição, a seleção e a análise, como auxílio no tratamento dos dados quantitativos.

Fez parte do universo metodológico todos elementos e pessoas que compõe a escola. Do universo proposto foi retirado uma amostra representativa de 5 a 10% dos elementos que foram pesquisados.

Segundo Antônio Carlos Gil³, em linhas gerais, o método estudo de caso se caracteriza por sua grande flexibilidade sendo impossível estabelecer um roteiro rígido, sendo apenas possível distinguir quatro fases: delimitação da unidade - caso; coleta de dados; análise e interpretação dos dados; redação do relatório.

1.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Custos são essencialmente medidas monetárias dos sacrifícios que uma organização tem que arcar afim de atingir seus objetivos. Conseqüentemente, são parte muito importante do processo decisorial.

Um custo é sempre definido, classificado de acordo com uma situação e um contexto particular.

Uma diferenciação que precisa ser estabelecida em relação aos custos é que o conceito de desembolso é diferente do conceito de custo, sendo este mais abrangente que o primeiro, pois um custo pode incorrer antes do efetivo desembolso financeiro.

Um outro aspecto a ser observado em relação ao problema dos custos é que, considerando a escassez dos recursos econômicos utilizados em qualquer atividade, a alternativa escolhida

³ GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, São Paulo, Atlas, 1991.

para utilização do recursos incorpora o custo da renúncia da melhor alternativa desprezada, isto em linguagem econômica é chamado de custo de oportunidade.

Na maioria dos estudos sobre custos educacionais este conceito tem sido bastante discutido, no entanto dada a dificuldade de se estabelecer um valor objetivo para as alternativas a serem desprezadas preferimos desconsiderá-lo neste estudo, embora reconheçamos a utilidade desse conceito no processo decisório.

A fim de guiá-los em suas decisões, os gestores necessitam dados relativos a uma grande variedade de propósitos, eles sempre desejam saber o custo de alguma coisa, e a isto chamamos de Objeto de Custo que pode ser definido como um item, uma atividade ou um projeto para o qual uma medida de custo é necessária.

O objeto de custo é a base de um sistema de contabilidade de custo, e pode ser uma atividade ou uma operação na qual os recursos são consumidos, também pode ser um produto ou serviço ou mesmo um projeto, um departamento ou um programa.

Diferentes custos são usados para diferentes propósitos. Um custo fornecido pela contabilidade tem utilidade somente se for relativo a um problema específico. O preciso conhecimento dos propósitos pelos quais se medem os custos é pré-requisito para se obter informações de custos.

1.2. OBJETIVOS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

Os sistemas de acumulação de custos servem para os seguintes propósitos principais:

Assistir a decisões de planejamento:

Assistir decisões de planejamento, tais como a determinação de quais produtos fabricar ou serviços a oferecer, em que quantidades devem ser produzidas ou oferecidas e a que preços devem ser vendidos. Visto que o planejamento é orientado para o futuro, e para este

objetivo é interessante ter-se conhecimento dos custos futuros. Custos históricos têm utilidade somente por serem indicadores confiáveis dos custos futuros;

Auxiliar o controle das operações;

Auxiliar o controle das operações pela manutenção e aprimoramento da eficiência com que os recursos são empregados. O controle envolve comparação do custo real das operações correntes com os custos planejados. Isso demonstra que, já que os custos reais são a expressão monetária dos recursos que foram consumidos nas operações correntes, existe interesse na reposição desses recursos. Para este propósito são usados custos de reposição. O processo de controle ajuda a manter os custos correntes alinhados com os custos planejados, pela evidenciação de ineficiência. Também pode conduzir a uma revisão dos custos planejados;

Auxiliar na mensuração dos resultados;

Um dos primeiros objetivos da contabilidade de custos foi sem dúvida alguma a mensuração dos resultados, embora muitos outros objetivos tenham sido acrescentados este ainda é um dos seus objetivos principais;

Auxiliar na decisão do mix de produção.

Semelhantemente às empresas de produção que quando produzem mais de um produto precisam escolher em qual proporção deve ser produzidos um ou outro produto, considerando os recursos disponíveis e o retorno conseguido em cada um, as organizações educacionais também necessitam de decidirem como será organizado seu leque de oferta.

1.3. SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DOS CUSTOS

Acumulação de Custos é a alocação dos dados de custo de uma maneira organizada dentro de um sistema de contabilidade. A alocação de custo é um termo que define a identificação dos custo com o objetivo de custo.

Os objetivos de custos são escolhidos de acordo com os propósitos de tomada de decisão.

Os custos são acumulados de duas formas: em termos de sua conexão com pessoas (contabilidade por responsabilidade) ou com os produtos/serviços.

A contabilidade por responsabilidade, que acumula custos da primeira forma, é direcionada a controlá-los pela sua associação com indivíduos na hierarquia gerencial. Esta forma de contabilização assume papel central no controle das operações.

A acumulação dos custos para cálculo do custo total do produto/serviços leva em conta todos os custos de produção incorridos para colocar o produto disponível no mercado.

Os sistemas de acumulação de custos podem ser periódicos e contínuos e esta acumulação pode ser feita de duas formas: por Ordem de Produção onde os custos são acumulados nas ordens ou tarefas específicas ou por Processo Contínuo onde os custos são acumulados por departamentos ou centros de custo para depois serem atribuídos aos objetos de custo.

1.4. CUSTO DIRETO E INDIRETO

O termo custo direto é aplicado somente àqueles custos que podem ser prontamente identificados com o objeto de custo.

Na decisão de quais custos serão tratados como custos diretos, o contador deve levar em consideração a materialidade do item. O esforço em determinar que um item é custo direto ao invés de custo indireto pode superar qualquer benefício vinculado a esta informação.

Um Custo Indireto é aquele que não pode ser relacionado diretamente com o objeto de custo escolhido seja ele um produto, um serviço, um projeto ou uma atividade. Os gastos indiretos de fabricação englobam todos os custos remanescentes da produção, após terem sido determinados os custos diretos.

1.5 DESPESAS OPERACIONAIS

Estes gastos não estão incluídos no custo de produção, portanto não fazem parte do custo dos produtos/serviços vendidos.

Despesas operacionais são gastos do período ao invés de gastos do produto e são associados aos períodos contábeis e não às saídas. São definidas como gastos incorridos para manter e financiar as atividades da empresa, comercializar seus produtos e serviços, bem como para manutenção da estrutura empresarial. Estão portanto, vinculadas à geração de receitas.

1.7. LIMITAÇÕES NO CÁLCULO DO CUSTO TOTAL

Tornou-se claro, com o exame dos problemas relacionados com os custos indiretos, que o custo total do produto não pode ser medido com completa exatidão. Consequentemente, todos os métodos usados para rateio de custos indiretos são arbitrários, levando em conta que são baseados em premissas, até certo ponto subjetivas.

Estabeleceu-se que o “benefício recebido” deve ser o principal critério de alocação dos gastos indiretos de fabricação aos centros de custo. É difícil, entretanto, encontrar bases apropriadas para este fim.

Por exemplo, o custo do departamento de pessoal da fábrica, deve ser rateado aos centros de custo numa base relacionada ao número de empregados mas, este cálculo assume que todos os empregados beneficiarão os departamentos de forma igual, o que não ocorre de fato. Este exemplo é uma simplificação grosseira do problema geral de rateio de gastos indiretos.

O turnover e as diferenças nas habilidades das várias classes de empregados influenciará o tempo e o esforço despendido pelo departamento de pessoal.

Já foram feitas referências ao elemento subjetividade que entra na seleção dos métodos de rateio dos custos indiretos. Isto é agravado pela escolha do nível de atividade, que por sua vez incorpora alto grau de subjetividade também. Com efeito, dois contadores, igualmente competentes, podem chegar a um custo de produto muito diferente simplesmente porque seus pontos de vista sobre o que constitui o “nível normal” de atividade pode divergir.

Este problema se aplica similarmente na alocação das despesas operacionais. A base para alocar estas despesas pode ser racionalizada mas, pode não ser adequada aos procedimentos de custo.

A informação seria mais útil se os custos fixos não fossem absorvidos pelos produtos, mas sim tratados como custo do período. Sua inclusão pode conduzir a uma visão distorcida do resultado porém, as decisões voltadas para a formação de preço devem considerar os custos fixos.

O contador, ao fornecer dados de custos para tomada de decisão, deve ter em mente o tipo de decisão a ser tomada para então, optar pela inclusão ou não dos custos fixos considerando também o nível de saídas planejadas. Sempre que se optar pelo custo total, devem ser evidenciados os componentes fixos e variáveis.

1.8. CUSTOS DOS DEPARTAMENTOS DE SERVIÇOS

Os custos incorridos pelos departamentos de serviços normalmente terão de ser alocados aos departamentos de produção para se chegar aos custos apropriados do produto. Devemos salientar que a contabilidade por responsabilidade também deve ser aplicada aos departamentos de serviços, assim como aos departamentos de produção. A mudança para um sistema de contabilidade por responsabilidade não requer qualquer alteração significativa na teoria contábil ou nos princípios contábeis geralmente aceitos. Engloba

principalmente uma alteração de ênfase, do custeio por produto para custeio por responsabilidade. Por tanto, as receitas e os gastos são acumulados e registrados por níveis de responsabilidade para que os custos reais sejam controlados pelo gerente responsável e comparados com os dados orçados de desempenho. Uma vantagem importante da contabilidade por responsabilidade é que por si só é um meio para avaliar o desempenho do gerente.

É possível que os custos dos departamentos de serviços sejam alocados por uma ou mais subalocações antes que a alocação principal seja feita para os departamentos de produção.

1.9. CUSTOS REAIS E ESTIMADOS

Relembrando que as informações sobre custos são requeridas para quatro propósitos maiores anteriormente citados.

A mensuração do resultado requer informação dos custos de produção reais ou correntes durante o período contábil. Entretanto para decisões de planejamento e controle são necessárias, além dessas, informações a respeito dos custos futuros.

As informações sobre eventos passados são úteis somente pela sua influência nos julgamentos a respeito dos custos dos eventos futuros.

O risco das decisões futuras está intrinsecamente ligado às incertezas que afetam os eventos futuros. Os gestores planejam e fazem julgamento sobre eventos futuros tendo por base os conhecimentos atuais.

A existência de fatores não controláveis pelos gestores, que interferem no cálculo dos indicadores inflacionários a serem usados nas projeções, por exemplo, variáveis políticas e ambientais, se traduzem em novos níveis de incertezas que são muito mais complexos.

As decisões de planejamento e controle são freqüentemente baseadas em um tipo especial de custo chamado custo padrão. Custo Padrão é um custo pré - determinado que é

estabelecido em relação a condições operacionais específicas e, leva em consideração todos os fatores que comumente influenciam os custos de produção. Se aplicam tanto para custos diretos como para custos indiretos e, seu objetivo é estabelecer padrões de consumo e preço dos recursos a serem utilizados.

O custo padrão é utilizado nas projeções orçamentárias assim como no controle das operações.

O custo real também é utilizado com propósitos de planejamento e controle. Como revisão das decisões de planejamento, atuam como informação de feedback que validam aquelas decisões, ou contribuem no aprimoramento do processo orçamentário pelo exame das razões que conduziram a erros. No controle, os custos atuais são comparados com os custos planejados como meio de verificação se a performance atual está conforme o previsto.

Custo padrão também é utilizado na mensuração dos resultados, já que ele é a base na qual os custos são calculados. Se os padrões usados refletem as condições correntes, eles são os custos correntes e, podem ser usados em um sistema contábil de custos correntes

Uma empresa que faz uso do sistema de custo padrão será capaz de calcular o custo das vendas pelo simples ajustamento das variações verificadas nas compras.

1.10. MÉTODOS DE CUSTEIO

✓ Custeio por Absorção

No custeio por absorção, todos os custos da produção tanto diretos quanto indiretos devem ser absorvidos pelos produtos. Assim, quando são medidos os custos dos produtos vendidos, para que sejam confrontados com as receitas das vendas, o custeamento dos produtos requer a inclusão dos custos fabris que incorreram independentemente da produção, dessa forma, custos como aluguel, seguro e, taxas que incorreram em uma base

periódica ao invés de numa base relacionada com a produção, são atribuídos às unidades produzidas.

Este procedimento fundamenta-se na afirmativa de que todos os custos da produção são custos do produto e, não existe custo do período porque idealmente todos os custos incorridos devem ter um único objetivo a definição do custo dos itens de mercadorias ou serviços vendidos pois os custos da produção incorrem somente para tornar possível a criação do produto.

✓Custeio Variável

O custeio variável atribui aos produtos somente os custos variáveis, isto é, os custos que variam de acordo com o volume de produção, os custos fixos são atribuídos aos períodos em que incorreram.

Como um custeio por período, reconhece que existem certos custos que incorrem numa base periódica e, que o benefício derivado desse custo não é afetado pelo volume real de produção, durante um período de tempo. Considerando que aluguel, seguros e salários são itens que incorrem em uma base temporal, o seu efeito no caixa da empresa não está necessariamente ligado às receitas.

Conflita com a visão tradicional de custeamento, expressa pelo custeio por produto e, deu lugar a controvérsia a respeito do custeio variável ou marginal e o custeio por absorção.

Os pontos críticos de divergência, entre as duas escolas de pensamento, situam-se em torno da questão dos custos fixos de produção, se esses custos, que são incorridos independentes da produção, devem ser atribuídos aos produtos ou confrontados com as receitas do período.

Uma vantagem do custeio variável, sobre o custeio por absorção, é a superioridade de sua utilidade para o processo de tomada de decisão, porque introduz no sistema contábil, a

distinção entre custo fixo e variável e, auxilia o planejamento do lucro, a formação do preço do produto e o controle.

✓ Custeio por Atividade ABC

O custeio por atividade se baseia na premissa de que os custos dos produtos serão melhor apurados se forem conhecidas a participação das atividades no processo de agregar valor aos produtos.

Assim os custos são acumulados por atividade ao invés de por produto ou departamentos.

Nele são identificados todas as atividades desenvolvidas na organização assim como a participação destas atividades no processo de agregação de valor aos produtos.

É um custeio por absorção, embora procure minimizar a imperfeição dos rateios dos custos indiretos aos produtos através da escolha de melhores direcionadores de custo.

2 - O COLÉGIO ESTADUAL JUSTINIANO DE SERPA

2.1. HISTÓRICO

O Colégio Estadual Justiniano de Serpa foi fundado pela Lei Nº. 1951, de 12 de setembro de 1881, do Presidente da Província do Ceará, com o nome de Escola Normal, tendo sido inaugurado a 22 de março de 1884. Em 1925, passou a denominar-se Escola Normal Pedro II (Lei nº 2260, de 28/08/1925). Em 1938 recebeu a designação de Escola Normal Justiniano de Serpa (Dec. nº 122, de 02/03/1938, D. O. de 04/03/1938). Em 1947 foi transferido para Instituto de Educação do Ceará (Dec. Lei nº 200, de 07/02/1947).

Em 1952 teve a sua denominação mudada para Instituto de Educação Justiniano de Serpa (Dec. 1503 de 06/01/1952, D. O. de 08/01/1952). Em 1960 foram desmembrados o Curso Ginásial, em funcionamento desde os primórdios da instituição e o Curso Colegial; que

vinha funcionando a mais de 10 anos, os quais se mantiveram no prédio antigo, com o nome de Colégio Estadual de Fortaleza, os cursos primários e normal foram transferidos para novas instalações, no Bairro de Fátima, com o nome de Centro Educacional do Ceará (Lei nº 4743 de 15/01/1960). Em 1961, de Colégio Estadual de Fortaleza, passou a atual designação Colégio Estadual Justiniano de Serpa, reavendo assim, com as devidas modificações e denominações sob a qual existira como parte da antiga Escola Normal Justiniano de Serpa (Lei nº 5427 de 26 de janeiro de 1961, Art. 2º, inciso III, nº 2, D. O. de 28/06/1961).

O Colégio Estadual Justiniano de Serpa atualmente funciona nos três turnos, formando 28 turmas por turno, de cursos profissionalizantes que são: 6 turmas de Contabilidade, 1 turma de Administração e também 2 Cursos Científicos sem habilitação. Funciona também o Serviço de Orientação Educacional, Serviço de Supervisão Pedagógica, Gabinete Dentário e Grêmio Estudantil.

Em 1990 o Colégio Estadual Justiniano de Serpa teve um grande crescimento na melhoria da qualidade de ensino, com aprovação dos alunos nos concursos do BNB, UFC, UECE, e ESCOLA TÉCNICA, ocasionando com isso uma grande procura de vagas para 1991. A evasão também a partir de 1990 foi mínima, em comparação aos anos anteriores. Em 1991 foi inaugurado o Centro de Línguas que se denomina “Centro de Línguas Dr. José Rosa Abreu Vale”, sendo esta a 1ª iniciativa de criação de um centro de línguas na escola pública de todo o Brasil. Criamos em 1991 o “Projeto Piloto” que se caracteriza como um reforço nos 3ºs científicos, preparando os alunos satisfatoriamente para os concursos.

2.2. PROPOSTA EDUCACIONAL

Tem por base os seguintes princípios:

- Formação integral do Aluno;

- Formação do Aluno, da consciência social e visão histórica e crítica da sociedade, para fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- Preparação do Aluno diante dos direitos e deveres enquanto cidadãos;
- Capacitação do Aluno para a construção de uma sociedade democrática;
- Promoção do processo - aprendizagem em que o professor seja um elemento catalizador do processo do qual o Aluno é o centro;
- Desenvolvimento do espírito científico do Aluno, postura autônomo, crítica e criativa, através da proximidade com o real e da ligação teoria-prática;
- Crédito na família como construtora dos alicerces básicos do desenvolvimento humano;
- Promoção da maior integração entre a família, a escola e a comunidade para que através de ação e ajuda conjuntas, possam desempenhar com maior eficácia seus papéis, que identifiquem à medida que pretendem plena e integralmente as potencialidades do homem.

2.2.1. Objetivos

✓ Gerais

- a) Democratizar a escola com o objetivo de ajudar as classes trabalhadoras na luta pela conquista de seus direitos de cidadania e pela transformação desejada.
- b) Desenvolver um trabalho de ação integrada possibilitando ao Aluno uma educação que o leve a atingir o máximo de desenvolvimento intelectual, o oriente e integre na vida social e cultural do ambiente nacional, o ajude a fortalecer sua saúde física e mental, e capacite cada jovem a ter realmente uma educação integral.

c) Proporcionar ao corpo docente e administrativo, condições favoráveis ao seu crescimento e aprimoramento como pessoa e profissional.

d) Formar estudantes competentes, conscientes da sua função e comprometidos com uma ação transformadora da realidade nas áreas das ciências e profissionalizantes.

✓ **Específicos**

a) Oferecer ao educando a aprendizagem satisfatória na domínio das disciplinas oferecidas no currículo do Curso Científico e Profissionalizante;

Em língua portuguesa como instrumento de comunicação, que possibilite ao homem, aprender, entender e explicitar a realidade e, conseqüentemente, integrar-se a sociedade; em matemática e contabilidade, como instrumento de raciocínio, necessário, para cálculos nas transações comerciais e nas aplicações técnico-científicas; em ciências, como instrumento de domínio da natureza e do uso de suas forças pelo homem; em história, como instrumento para a formação da consciência do cidadão e para a incorporação da idéia de historicidade, ou seja, a idéia de que se as coisas estão como estão, há uma razão de ser e, mais importante, podem ser conservadas como estão ou transformadas pela ação do homem coletivamente; em geografia, como instrumento de conhecimento do espaço natural apropriado e transformado pela ação humana na sua ocupação construtiva ou destrutiva, produtiva ou predatória.

b) Vivenciar atividades que possam contribuir para o exercício da capacidade de ouvir e falar;

c) Selecionar as datas comemorativas e trabalhá-las com o educando dando ênfase aos aspectos crítico-criativo e contextual;

d) Voltar-se para a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem e atuar no sentido de minimizar os problemas de evasão, repetência e exclusão dos Alunos da escola;

- e) Aliar ao caráter pedagógico do professor um sentido mais humano no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores que proporcionem o engrandecimento da pessoa;
- f) Situar o professor como elemento articulador do processo ensino aprendizagem subsidiando-o na melhoria do seu desempenho, de sua competência técnica e do seu compromisso com a causa Educação;
- g) Definir a periodicidade das avaliações e o cronograma de reuniões (Professores, Funcionários, Pais, Grêmios, etc);
- h) Fazer a culminância do bimestre de acordo com o calendário previsto e objetivos definidos;
- i) Planejamento periódicos e sistemáticos onde serão analisados avanços e recuos no dia-a-dia da sala de aula e discutidas alternativas de solução-replanejamento;
- j) Definição do calendário e reuniões;
- k) Reuniões periódicas para análise do rendimento bimestral;
- l) Identificar os fracassos escolares e proporcionar atividades de reforço;
- m) Despertar o senso crítico dos Alunos, através de atividades extra classe, como seminários, simpósios e reuniões;
- n) Promover esporte, teatro, de modo que os Alunos sejam envolvidos nas atividades da escola.

2.2.2. Metas

1. Selecionar e (Convidar) de 01 (um) professor especialista em Planejamento de Ensino, para coordenar e realizar o treinamento em fevereiro (Semana Pedagógica).
2. Planejamento em equipe e troca de experiências entre os professores por área para elaboração do Plano de Curso de suas turmas no início do ano letivo.

3. Promover seminários, entrevistas, pesquisas, debates para os professores discutirem as deficiências e dificuldades dos Alunos.
4. Promover palestras sobre assuntos atuais, criando-se um clima de conscientização.
5. Promover debates com a participação do Corpo Docente e Discente para questionar, os conteúdos dados.
6. Formação de Coordenação de Áreas de Estudo, com o fim de promover, acompanhar e estruturar o desenvolvimento programático segundo a orientação pedagógica adequada aos objetivos educacionais plenos.

2.4. SISTEMÁTICA DE TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR ATIVIDADES

No desempenho de suas atribuições, o supervisor escolar utiliza os seguintes mecanismos de trabalho:

1. Realização de um encontro pedagógico para subsidiar a elaboração do Plano de Curso, no início do ano;
2. Análise dos livros didáticos a serem adotados;
3. Coordenação de reuniões com os professores por área de estudos (semanalmente);
4. Planejamento de atividades esportivas junto aos professores de Educação Física;
5. Contatos individuais com os professores, sempre que necessário;
6. Anexação no Diário de Classe, do plano de curso para um melhor acompanhamento deste conteúdo ministrado pelo professor;
7. Orientação do uso do Diário de Classe;
8. Levantamento das faltas mensais do professor e elaboração do horário de aula de recuperação;
9. Planejamento do cronograma das provas bimestrais e da 2ª chamada;

10. Assessoramento aos professores durante o período de provas bimestrais e estudos de recuperação;
11. Acompanhamento de todo o processo de ensino-aprendizagem, verificando o índice de rendimento escolar;
12. Elaboração dos gráficos de rendimento, por disciplina para análise com o professor;
13. Orientação aos professores na solução de problemas de rendimento escolar, através de reforço junto aos Alunos de rendimento insatisfatório;
14. Reunião de especialistas e professores para estudar o caso de Alunos com notas abaixo da média;
15. Participação nas reuniões previstas com os Professores, Direção, Supervisão e Orientação;
16. Acompanhamento de Alunos estagiários de Supervisão Escolar, das universidades locais;
17. Avaliação da atuação:
 - do ano anterior, corrigindo as falhas e mantendo os aspectos positivos;
 - do corrente ano (auto-avaliação e avaliação).
18. Acompanhar o trabalho de estagiários das universidades;
19. Provas de validação dos estudos.

3 - APURAÇÃO DO CUSTO/ALUNO DO COLÉGIO ESTADUAL JUSTINIANO DE SERPA

3.1. CONCEITUAÇÕES SOBRE O SISTEMA PROPOSTO

As despesas com escolas públicas são efetuadas basicamente pelos governos, que as implantam e as mantêm e pelas famílias que efetuam gastos para que seus membros as frequentem. Embora umas e outras sejam consideradas como despesas da sociedade como um todo, os custos objeto desse estudo são aqueles efetivamente suportados pela coletividade ficando de fora aqueles suportados pelos indivíduos. Embora que os custos, objeto deste levantamento sejam aqueles suportados pelo governo, não significa que o pesquisador desconheça a importância de se dimensionar, para outros fins a contribuição das famílias através de material didático, transporte, caixa escolar, uniforme e outros.

Em conformidade com os objetivos propostos, o sistema de custo adotado neste estudo deve levar em consideração os custos reais incorridos nas diversas atividades tomando por base um período de tempo anual, o objeto de custo considerado foi o aluno.

O sistema de custeio adotado foi o custeio por absorção, com base no qual todos os custos incorridos nas diversas atividades (meio ou fim) foram apropriados aos respectivos objetos de custo.

Os custos reais foram segregados em custos diretos aqueles diretamente envolvidos com a prestação do serviço ensino aos alunos e custos indiretos aqueles para os quais foram necessárias alocações para que sejam atribuídos ao objeto de custo. As bases de rateio foram posteriormente estabelecidas no decorrer do desenvolvimento do estudo.

3.2. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

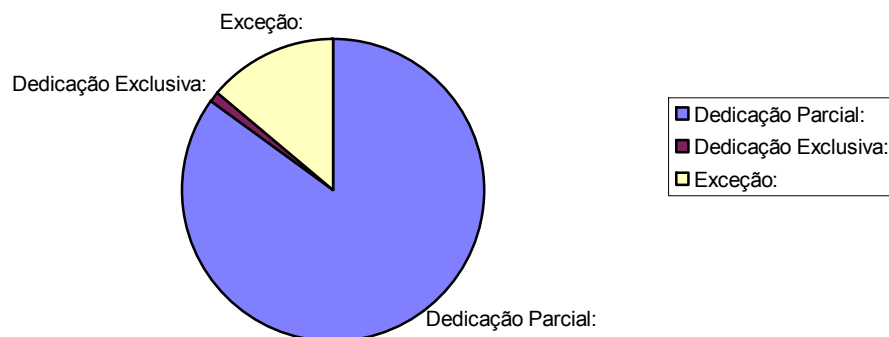
Após a apresentação dos resultados preliminares da aplicação dos questionários de apuração do custo aluno da escola Justiniano de Serpa foi possível realizar esta fase do estudo com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da alocação dos recursos nas escolas contribuindo assim para a otimização do ensino.

3.2.1. Na apuração do Custo Aluno Direto foram alcançados os seguintes resultados:

Resultados Físicos

Alocação do Custo Direto

Total:	279
Dedicação parcial:	237
Dedicação Exclusiva:	3
Exceção:	39

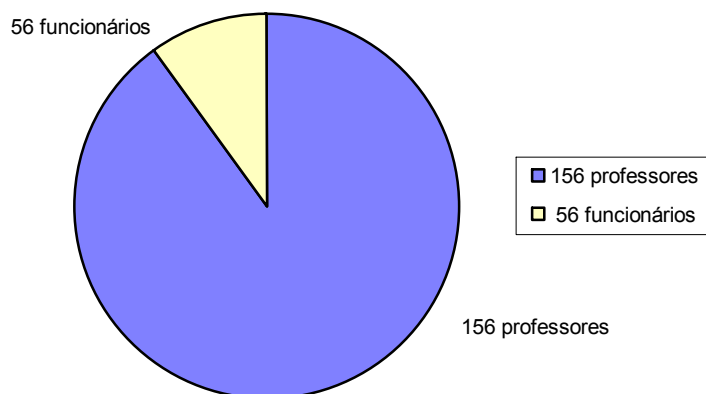


156 Professores com salário médio de R\$ 480,00 e 56 funcionários que recebem um salário médio de R\$ 150,00.

No custo aluno direto não existe merenda escolar

156 professores	a R\$ 480,00	74.880,00
56 funcionários	a R\$ 150,00	<u>8.400,00</u>
		83.280,00

Apresentando, portanto, um custo aluno direto de **R\$ 83.280,00**

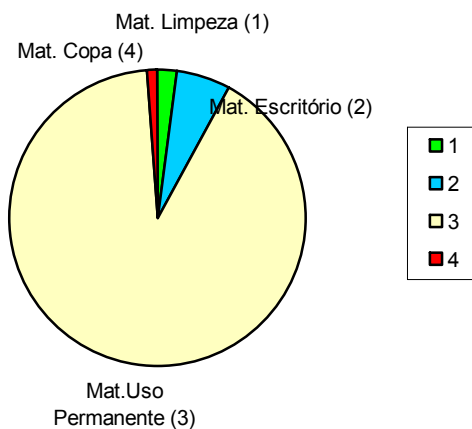


3.2.2. A apuração do Custo Aluno Indireto

O Custo Aluno Indireto de material de consumo foi de **R\$ 170.754,31**.

MATERIAL DE CONSUMO

* Material de Copa	R\$	1.288,45	
* Material de Limpeza	R\$	3.599,56	
* Material de Escritório	R\$	55.079,70	
* Material de Uso Geral	R\$	641,40	
* Material de Uso Permanente	R\$	63.214,80	
* Material de Uso Permanente	R\$	3.132,90	
* Material de Uso Permanente	R\$	33.817,40	
* Material de Uso Permanente	R\$	<u>9.980,10</u>	R\$ 110.145,20
	R\$	170.754,31	R\$ 170.754,31

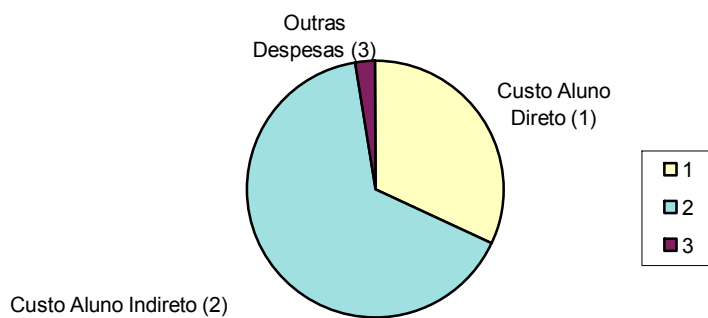


Custo Aluno Direto - 83.820,00

Custo Aluno Indireto - 170.754,31

Outras Despesas - 6.160,00

260.194,31



3.2.4. Custos que não foram considerados

Considerando que o custo total alcançado e, guardadas as limitações do método utilizado, e dos dados coletados, chegou-se ao seguinte custo unitário:

Valor Total / N o de alunos = **custo unitário**

R\$ 260.194,31 / 5.130 =

R\$50,72

Não foi considerado o custo de depreciação do imóvel, a